

Parceiros da Guiné-Bissau, preocupados, pedem moderação aos actores políticos

O grupo P5, composto pela UA, UE, CEDEAO e CPLP e NU reuniu-se no dia 15 de março com o presidente Vaz, para manifestar-lhe sua preocupação e trocar com ele algumas opiniões sobre o momento político que se vive no país.

À saída da reunião, que decorreu na Presidência da República, Oviedo Pequeno, representante da UA, disse que os parceiros estão preocupados com a escalada verbal de ambos os lados, que avisam a comunidade não vai tolerar. O grupo emitiu um comunicado que publicamos na íntegra:



Parceiros reuniram com presidente no dia 15 de março © UNIOGBIS/PIU

Declaração conjunta das Cinco Organizações Internacionais Parceiras do processo de consolidação da paz na Guiné-Bissau (ONU, UA, CEDEAO, CPLP, e UE)

As cinco Organizações Internacionais, parceiras do processo de consolidação da paz na Guiné-Bissau (ONU, UA, CEDEAO, CPLP e UE), comumente chamadas de 'P5', observaram com preocupação a evolução da situação política no país. Com efeito, o clima político na Guiné-Bissau é cada vez mais caracterizado por um aumento das tensões políticas e sociais, bem como uma escalada verbal, por meios interpostos, pelos actores políticos, num contexto de acusações e contra-acusações mútuas.

As manifestações de rua de 9 e 11 de Março de 2017 patrocinadas por forças políticas rivais e algumas declarações recentes de políticos proeminentes membros da Assembleia Nacional Popular ou do Governo são disso exemplos inquietantes. Neste contexto, é imperativo parar esta espiral de tensão antes que se transforme em excessos violentos.

É por isso que o P5 apela solenemente a todos os actores políticos na Guiné-Bissau para colocarem os melhores interesses da nação no centro das suas acções. O P5 incentiva a contenção e a moderação e convida-os a expressar as suas opiniões e desacordos pacificamente, de acordo com a lei em vigor; no respeito pelas respectivas obrigações decorrentes do acordo para resolver a crise na Guiné-Bissau, assinado em Bissau, 10 de setembro de 2016, e o Acordo de Conacri assinado em 14 de outubro de 2016.

O P5 convida o Presidente da República, na sua qualidade de garante das instituições da República e da Constituição, a usar toda a sua autoridade moral para garantir o respeito pelas instituições e o Estado de Direito, e assegurar a resolução dos diferendos por meio do diálogo, canais legais e espírito de consenso.

O P5 convida igualmente o Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) bem como líderes de partidos políticos representados na ANP para mostrarem responsabilidade e darem a sua contribuição para evitar agravamento da tensão e para a restauração efectiva do diálogo e de paz no exercício da política na Guiné-Bissau.

O P5 recorda que o Conselho de Segurança da ONU, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana e a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO consideram os acordos de Conacri como a estrutura preferida para resolver a crise na Guiné-Bissau, liderado pelo mediador da CEDEAO, Sua Excelência o Professor Alpha Condé, Presidente da República da Guiné-Conacri, Presidente da União Africana. Para este efeito, o P5 continuará a trabalhar para o envio no menor tempo possível, da missão de monitoramento de alto nível da CEDEAO, tal como previsto pelos acordos de Conacri e em conformidade com as recomendações do Conselho de Segurança da ONU e Conselho de Paz e Segurança da União Africana. A União Africana, a Comunidade Económica dos Estados do Oeste Africano, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a União Europeia e as Nações Unidas reiteram a sua determinação em continuar a trabalhar ao lado do povo da Guiné-Bissau, principal vítima desta crise, contribuir para a estabilidade política e social, condição sine qua non para a paz, a democracia e o desenvolvimento socioeconómico sustentável.

Bissau, 15 março de 2017



Boletim sobre a ONU e as actividades na Guine-Bissau pela paz e desenvolvimento sustentável



© UN PHOTO

Conselho de Segurança da ONU renova mandato do UNIOGBIS

No dia 23 de Fevereiro, o Conselho de segurança das Nações Unidas renovou por mais um ano o mandato do Escritório Integrado das Nações UNIOGBIS, até 28 de Fevereiro de 2018.

Esta resolução é um sinal da solidariedade internacional para com a Guiné-Bissau porque reafirma o apoio do conselho a continuar a apoiar a procura de uma solução pacífica para a crise em que mergulhou o país desde 2015. Nesse sentido, reafirma que o Acordo de Conacri continua a ser o quadro de referência para a saída da crise e pede ao UNIOGBIS que continue a apoiar as acções de mediação lideradas pela CEDEAO.

Por outro lado pede aos parceiros internacionais que apoiem financeiramente a presença da ECOMIB. Quanto ao desenvolvimento, o Conselho reafirma o plano "Terra ranka" como plano de referência e pede aos doadores que comecem a desembolsar os fundos prometidos em Bruxelas. Pede ainda ao UNICEF que continue a trabalhar com o Ministério da Educação para assegurar um ensino de qualidade no país.

O Conselho pede também às Nações Unidas para comecem já a preparar as eleições agendadas para 2018, assim como ajudarem as reformas legislativas necessárias.

O Conselho de segurança das Nações Unidas é o órgão que tem a competência para tomar decisões sobre paz e segurança.

PÁGINA 2

Delegados do simpósio internacional sobre paz e reconciliação apelam ao PR para usar de sua magistratura de influência para a conferência nacional

PÁGINA 4

Entrevista com José Ramos Horta

“É muito importante não desperdiçar amigos por causa dos nossos problemas internos”

PÁGINA 5



Bissau acolheu

de 13 a 17 de fevereiro a Conferência sobre Controlo Externo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste

PÁGINA 8

PAM

O PAM, em parceria com o Governo da Guiné-Bissau, e a MTN criaram uma linha verde (3344) que permite comunicar sugestões, reclamações

PÁGINA 9

Pelo Representante-Especial do Secretário-geral da ONU na Guiné-Bissau, Modibo Toure

Conselho de Segurança renovou mandato do UNIOGBIS até 2018



RESG Modibo Toure no Conselho de segurança no dia 18 de fevereiro © UN PHOTO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu no dia 23 de Fevereiro, renovar por mais um ano o mandato do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau - UNIOGBIS.

A Resolução 2343, em vigor até 28 de Fevereiro de 2018, mostra a solidariedade internacional e a atenção intensa à Guiné-Bissau, bem como o firme apoio à UNIOGBIS, numa época em que a fadiga dos doadores começou a demorar mais de um ano desde o início da crise política.

O Conselho considera que o Acordo de Conakry, assinado em Outubro de 2016, na sequência de conversações entre os actores políticos, a sociedade civil e os líderes religiosos, constitui o quadro principal para uma resolução pacífica da crise política.

O Conselho apoia a intenção de enviar uma missão de alto nível da CEDEAO de visitar a Guiné-Bissau, como parte de um seguimento à implementação do Acordo. Na mesma resolução, o Conselho de Segurança manifestou seu apoio ao trabalho que realizamos no UNIOGBIS e endossou as recomendações da missão de revisão estratégica de Dezembro de 2016 sobre a necessidade de o UNIOGBIS fortalecer seu papel de facilitação política. O Conselho de Segurança solicitou ainda à UNIOGBIS que se concentrasse nas seguintes prioridades:

- apoiar um diálogo político inclusivo e um processo de reconciliação nacional para reforçar a governação democrática e trabalhar no sentido de um consenso sobre questões políticas fundamentais, nomeadamente no que diz respeito à implementação das necessárias reformas urgentes;

- Apoiar, nomeadamente através da assistência técnica, as autoridades nacionais a acelerar e a finalizar a revisão da Constituição da Guiné-Bissau;

- Prestar aconselhamento e apoio estratégico e técnico às autoridades nacionais e às partes interessadas, em coordenação com a CEDEAO / ECOMIB e outros parceiros internacionais, na aplicação das estratégias nacionais de segurança e de reforma do Estado de direito, bem como no desenvolvimento de sistemas de justiça civil e militar, compatíveis com as normas internacionais;

O UNIOGBIS também se concentrará em apoiar o Governo

da Guiné-Bissau na "mobilização, harmonização e coordenação da assistência internacional" com parceiros como a União Africana (UA), a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLC), a Comissão Económica Comunitária para a África Ocidental Estados-Membros (CEDEAO) e a União Europeia (UE), recordando a necessidade de uma acção concertada.

O Conselho sublinhou a cooperação com a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBC) para alcançar estes objectivos e reconheceu o papel do PBC no reforço dos esforços para as prioridades de consolidação da paz a longo prazo na Guiné-Bissau.

O Conselho de Segurança também mandou o UNIOGBIS para liderar os esforços internacionais em áreas prioritárias, incluindo o fortalecimento das instituições democráticas e o fortalecimento da capacidade dos órgãos estatais para atuar em áreas como: Justiça e Direitos Humanos; Controlo de drogas e crime organizado transnacional, em estreita cooperação com o UNODC.

O reforço das instituições judiciais é crucial para que se realizem todas as outras reformas, como o Conselho de Segurança justamente salienta, "qualquer solução duradoura para a instabilidade na Guiné-Bissau deve incluir acções concretas para combater a impunidade e assegurar que os responsáveis pelos assassinatos e Outros crimes graves, tais como violações da ordem constitucional e actividades relacionadas à droga, sejam levados à justiça, inclusive através de mecanismos judiciais nacionais".

O Conselho de Segurança também decidiu que, dentro de sete meses, examinará as medidas de sanções estabelecidas na Resolução 2048 (2012).

Na nova resolução, o Conselho recorda também que a UNIOGBIS e a Equipa de País das Nações Unidas - PNUD, UNICEF, PAM, FAO, OIM, ACNUR, OMS - devem trabalhar em conjunto para criar um ambiente favorável à realização de eleições legislativas e presidenciais em 2018 E 2019, a reforma do código eleitoral e a promulgação de uma nova lei sobre os partidos políticos e apela ao "UNIOGBIS para trabalhar em estreita colaboração com as autoridades nacionais, bem como com a Equipa de País das Nações Unidas) Apoiar a implementação oportuna destas eleições e Reforçar a democracia e a boa governação; "

Estas não são tarefas fáceis, que nos são confiadas pelo Conselho de Segurança, e nunca seremos capazes de as realizar se as autoridades nacionais, os líderes políticos e a sociedade civil bissau-guineense não se comprometerem também a trabalhar connosco em prol dos interesses do povo .

Pela nossa parte prometemos continuar a trabalhar sem escolher nenhum dos lados mas com empenho e integridade tal como nos obriga a Carta da ONU a fazer em todos os países onde trabalhamos.

Modibo Ibrahim Toure

Representante Especial do Secretário-geral da ONU na Guiné-Bissau

BREVES

Workshop de género para Handicap Internacional

A Unidade de Género do UNIOGBIS realizou uma formação sobre o género, de 13 a 15 de fevereiro, para os funcionários da Organização Handicap Internacional. A formação tem o objectivo de reforçar as capacidades dos funcionários responsáveis dos programas e projectos da nas questões e abordagem do género, Participaram 15 responsáveis. Esta formação enquadra-se na capacitação dos técnicos afectos às diferentes estruturas estatais, ONGs e organizações da sociedade civil. Julieta Nancassa, que participou na formação, disse que a questão do género ficou esclarecida e isso vai permitir-lhe uma melhor abordagem do género no seu trabalho.

Workshop: as rotas de cocaína

Entre os dias 14 e 17 de fevereiro, será realizada a "Reunião do Grupo de Trabalho, Projeto CRIMJUST - Programa da Rota da Cocaína", em Bissau, no hotel Ledger. O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) e a INTERPOL, assinaram um "Acordo de Cooperação" para implementar o Projecto CRIMJUST sob a égide do Programa de Rota da Cocaína (CRP), uma iniciativa financiada pela União Europeia (UE). O objectivo geral do Programa Rota de Cocaína é contribuir para lutar eficazmente contra a criminalidade organizada em geral e o tráfico de droga em particular ao longo da (s) via (s) da Cocaína na América Latina, no Caribe e na África Ocidental, em conformidade com os instrumentos jurídicos internacionais e as normas de direitos humanos, Normas e boas práticas.

Centros de detenção de Bafatá, Gabú e Mansoa restaurados

Os centros de detenção da Policia de Ordem publica em Bafatá, Gabú e Mansoa que sofreram obras de melhoria, serão inaugurados no início de abril. O projecto esteve a cargo da liga Guineense de Direitos Humanos e teve o apoio financeiro do UNIOGBIS. Os centros ficarão agora com condições de albergar prisioneiros de acordo com as normas internacionais de direitos humanos. A secção de Direitos Humanos do UNIOGBIS, que esteve a acompanhar os trabalhos, vai lançar no mesmo dia o Guia de Direitos Humanos para as pessoas detidas.

Guia do cidadão já disponível

É uma publicação do grupo de redes da sociedade civil entre as quais o Conselho Nacional da Juventude, a rede Nacional de Associações Juvenis (RENAJ), o Conselho Nacional da Juventude, o Movimento da Sociedade Civil e o Movimento dos Cidadãos Livres. O Guia pretende ajudar os Bissau-Guineenses a conhecer melhor e a dar pistas sobre como se deve relacionar com as várias instituições do estado, do qual faz parte. Este manual é um trabalho vivo, na qual os cidadãos podem participar online - o blog do cidadão - onde todos podem colocar questões e deixar os seus contributos. <http://lumodocidadao.blogspot.com/>



UNIOGBIS visita instituições judiciais de Buba



© UNIOGBIS/PIU

De 15 a 16 de Fevereiro, uma equipa da Secção de Estado de Direito e Instituições Democráticas do UNIOGBIS realizaram uma visita às instituições judiciais de Buba. A visita insere-se no âmbito do plano de trabalho desta secção, cujo o objectivo é de reforçar a colaboração entre a Estado de Direito e os actores locais e procurar vias de reforço da capacidade profissional dos actores da Justiça nas regiões, reforço do acesso a justiça das comunidades rurais.



Unicef vai reabilitar 45 centros de saúde a nível nacional

O projecto de reabilitação de 45 centros de saúde a nível nacional foi lançado no dia 1 de Março no Centro de Saúde de Có, região de Cacheu na presença dos representantes da União Europeia e da UNICEF.

Este projecto está orçado em 1.4 bilhões de francos CFA e conta com o financiamento da União Europeia, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, e do Reino dos Países Baixos, através da UNICEF.

A selecção dos centros de saúde a serem reabilitados foi efectuada através de uma avaliação conjunta do Ministério da Saúde e UNICEF a 140 estruturas de saúde ao nível nacional. Os critérios de avaliação foram: a situação da água, saneamento, electricidade, infra-estrutura física, funcionalidade, condições de parto e presença de médicos ou enfermeiros.

A reabilitação destes centros enquadra-se igualmente nas intervenções de saúde ao nível comunitário, principal foco do programa de saúde da UNICEF no país, cuja contribuição da União Europeia tem sido reflectida através do Programa Integrado para a Redução da Mortalidade Materno-Infantil desde 2013 e do programa UE-Saúde desde 2015.

Governo recebe Política nacional de Género no Dia Internacional da Mulher

No Dia Internacional da Mulher (WD) em Bissau, mulheres de todas as origens, status, credos e ofícios pediram empoderamento e mais inclusão no processo de tomada de decisão em todos os níveis do país.

Depois de uma semana de debates e workshops sobre o papel e a importância das mulheres na sociedade, o culminar foi no dia 8 de março no centro da cidade com uma marcha nas ruas do centro da cidade, com a participação de mais de 500 mulheres vestidas de laranja, cartazes e produtos fabricados por elas.

A cerimónia oficial foi presidida pela primeira-dama Rosa Vaz e contou com a presença de autoridades nacionais, a família das Nações Unidas liderada pelo Coordenador Residente, parceiros internacionais, organizações da sociedade civil e centenas de mulheres. As mulheres aproveitaram a oportunidade para mostrar o que fazem e pedir melhores condições de trabalho: nos hospitais, nas fazendas das forças de segurança. Desfilando em frente à tribuna oficial, a associação de mulheres mostrou que da administração pública para os campos as mulheres são uma boa parte da força de trabalho que move o país para a frente. A primeira-dama Rosa Vaz citou Amílcar Cabral para lembrar a todos que a Guiné-Bissau não se tornaria um país sem participação feminina. "Defendo que nenhuma sociedade pode se desenvolver adequadamente se metade dela for excluída". A mensagem do secretário da ONU foi lida por Aygan Kossi, representante da OMS e atualmente Coordenador Residente na Guiné-Bissau, em uma cerimónia com a participação do Unicef, da OMS, do PAM, da UNIOGBIS e onde as policiais da ONU marcharam com suas colegas nacionais. A presidente do Instituto da Mulher e da Criança, Ana Emília de Barros Sá, entregou a Política Nacional de Género e respectivo plano de ação, a que o Ministro prometeu dar apoio político para sua

implementação.

variada, colorida e bem sincronizada, que ocorreu alguns minutos antes, contou com a participação de trabalhadores dos setores público e privado, forças de segurança e defesa, incluindo UNIOGBIS e ECOMIB policiais, agricultores, vendedores... A representante da ONU-Mulheres, Laetitia Kaizire e o ministro Carlos de Barros, cortaram a fita do Gabinete de Género no Ministério. Este Gabinete permitirá uma melhor integração da perspectiva do género e uma melhor coordenação dos doadores.

"As mulheres no mundo em mudança do trabalho: Planeta 50-50 por 2030" era o tema deste ano do Dia Internacional da Mulher. A ideia deste tema é considerar como acelerar a Agenda de 2030, construindo um impulso para a implementação efectiva dos novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente a meta número 5: Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas; E número 4: Assegurar uma educação inclusiva e de qualidade para todos e promover a aprendizagem ao longo da vida.

Na sua mensagem, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, referiu que "os direitos das mulheres são direitos humanos. Mas nestes tempos difíceis, à medida que o nosso mundo se torna mais imprevisível e caótico, os direitos das mulheres e das raparigas estão a ser reduzidos, restringidos e revertidos. Empoderar mulheres e meninas é a única maneira de proteger seus direitos e garantir que eles possam realizar todo o seu potencial." O Dia Internacional da Mulher serve para refletir sobre o progresso feito, provocar a mudança e celebrar atos de coragem e determinação por mulheres comuns que desempenharam um papel extraordinário na história de seus países e comunidades.



Dr. Aygan Kossi, Representante da OMS leu a mensagem do SG © UNIOGBIS/PIU



Ana Sá, presidente do IMC entrega a política nacional ao ministro © UNIOGBIS/PIU



Agentes da Polícia da ONU (UNPOL) desfilaram com as colegas Guineenses © UNIOGBIS/PIU

Perfil de Vulnerabilidade e Resiliência (VRCP) na Guiné-Bissau—Workshop

A Guiné-Bissau por ser um país costeiro saheliano e com geografia plana é muito vulnerável às alterações climáticas e os sectores que asseguram a subsistência da esmagadora maioria dos agregados familiares guineenses e que constituem a base da economia do país, são os mais vulneráveis às alterações climáticas, a saber: o sector agrário (agricultura, florestas e pecuária), o sector de recursos hídricos e o sector das pescas. Esta vulnerabilidade é agravada pela acção que o homem vem exercendo sobre os recursos naturais, com consequências cada vez mais onerosas e preocupantes assim como pela fragilidade das instituições e da economia nacional, o baixo índice de desenvolvimento, tornando redutora a resiliência nacional face aos choques externos quer de natureza humana quer natural. Daí torna-se importante analisar as vulnerabilidades do país para poder integrá-las nos planos nacionais de desenvolvimento, não só para a sua mitigação, mas também para reforçar a resiliência da população. É fundamental um forte apoio político para empurrar a elaboração e aplicação do projecto de Perfil de Vulnerabilidade e Resiliência da Guiné-Bissau. É neste quadro que o Governo da Guiné-Bissau e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UN / DESA) realizaram entre os dias 21 e até o 24 de fevereiro, um seminário de formação envolvendo quadros de instituições governamentais chave na área de planificação e organizações da sociedade civil visando dotá-los de conhecimentos e habilidades na aplicação da metodologia de Análise do Perfil da Vulnerabilidade e Resiliência desenvolvida para os SIDS (Pequenos Países

Insulares Subdesenvolvidos) de que a Guiné-Bissau faz parte. Na organização de vários seminários de vários sectores-chave e partes interessadas no país, incluindo as ilhas, para garantir a abordagem participativa necessária e desenvolver um documento sólido sobre a vulnerabilidade e resiliência do país. Esta formação surge no quadro de um projecto, foi aprovado pela primeira vez pela na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2013. Em setembro de 2015, Cabo Verde acolheu o workshop sub-regional no âmbito do projeto sobre o Perfil de Resistência e Resiliência (VRCP), onde representantes de oito países africanos que fazem parte dos SIDS, incluindo a Guiné-Bissau, se reuniram para lançar o Projeto nesta região.

A apropriação desta metodologia no país irá dar um contributo importante no processo de priorização e integração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODDs), uma vez que conhecidas as vulnerabilidades será fácil identificar os ODDs mais adequados para abordar essas vulnerabilidades. Para além de utilizar este documento sobre o perfil de resiliência e vulnerabilidade nacional como ferramenta de política na promoção do planeamento integrado, o actual seminário nacional é igualmente muito importante para identificar as áreas de concentração em que a Guiné-Bissau poderá beneficiar mais das actividades de assessoria ou de capacidade técnica relacionadas com o reforço das capacidades de gestão de dados necessárias para a aplicação das recomendações deste documento.

Representante-adjunto, Marco Carmignani

“As Nações Unidas já estão a ajudar os líderes a implementar o Acordo de Conacri”

Marco Carmignani Representante-Adjunto do Secretário-geral da ONU na Guiné-Bissau assistiu a reunião do Conselho de segurança do dia 14 de Fevereiro em conjunto com os funcionários da missão. Na expectativa ainda do que iria decidir o Conselho, Carmignani explicava que o UNIOGBIS já está a ajudar a implementar o Acordo de Conacri.

O senhor acabou de assistir à reunião do Conselho de Segurança e nas intervenções dos membros quase todas falaram do cumprimento do acordo de Conacri. Como é que o senhor acha que o UNIOGBIS pode ajudar o país a cumprir o acordo?

As Nações Unidas já estão ajudando tanto na parte do acompanhamento das organizações internacionais envolvidas directamente com especial relevância a CEDEAO para criar um espaço de diálogo, de concertação entre as autoridades nacionais que permitam a aplicação por completo do Acordo de Conacri e do roteiro de Bissau.

Esse acompanhamento é feito sem cessar em contacto com as partes advindas para que elas se engajem num diálogo sincero e que ponham os interesses da Guiné-Bissau acima de qualquer outro interesse.

Na reunião também se falou da necessidade de continuar a apoiar o processo de reconciliação como forma de resolver os problemas de fundo. Acha que ainda será possível organizar a conferência nacional este ano?

Absolutamente. Eu creio que a organização com grande sucesso na semana passada do simpósio internacional que contou com as mais altas autoridades nacionais durante a sua execução, mostra que a vontade do povo Bissau-guineense de enfrentar o passado para construir o amanhã permaneceu muito viva.



Representante-adjunto, Marco Carmignani © UNIOGBIS/PIU

O simpósio foi muito bem acompanhado, atendido por membros da sociedade civil e por todas as outras forças vivas da nação e concluiu com uma série de recomendações que devem ser observadas de muito perto e mais importante que observadas colocadas em execução.

A nossa equipa perguntou aos cidadãos sobre o pedido ao conselho de segurança. Um grande número falou da necessidade de responsabilizar os políticos e respeitar a constituição. Depois do que o senhor ouviu será que o conselho vai responder as expectativas do povo guineense?

O conselho decide por si mesmo quais as acções que deve tomar para manter a paz e a segurança internacional. Ele ouviu de todos os intervenientes, do representante do secretário-geral, do representante do governo da Guiné-Bissau, como também da CPLP e do comité das sanções as suas respectivas posições, portanto cabe ao conselho fazer balanço de todas essas intervenções e decidir por si mesmo qual é o curso que vai tomar e qual é a resolução que vai adoptar para o começo de 2018.

O mandato do UNIOGBIS expira no final de Fevereiro e antes disso o conselho se pronunciará sobre quais as tarefas que vão assinalar esta missão para a promoção da paz e estabilidade na Guiné-Bissau.

Ficha técnica

Direcção: Modibo Toure

Direcção editorial: Júlia Galvão Alinho, UNIOGBIS/PIU

Redacção: Enfamara Cassamá, Juéla Mendes, Isabel Correia, Dionísio da Silva (Buba), Ivanildo Bodjan (Bafatá), Talata Baldé (S. Domingos)

Colaboradores: Dan da Costa-Vieira (PAM), Wilson Gama (UNICEF), Amadu Camará (FAO), Agostinho Mané (OMS), Janaina Galvão (UNHCR), Yanira Santana (UNCT) e Amantijane Candé (Rádio ONU)

Desenho gráfico: Noelson Barbosa e Iacuba Sani

Simpósio sobre paz e reconciliação: delegados pedem ao presidente para apoiar processo



© UNIOGBIS/PIU

Do Palácio Colinas de Boé – Parlamento guineense, em Bissau, mais de 200 delegados vindos de todas as regiões do país apelaram ao Presidente da República, enquanto Presidente da Comissão de Honra, para usar da sua magistratura de influência para que o desígnio de uma conferência de reconciliação nacional entre os guineenses seja uma realidade efetiva no país.

No Simpósio Internacional, que decorreu de 8 a 11 de Fevereiro de 2017 sob o lema: “Enfrentar o passado para construir a Guiné-Bissau de amanhã” e que teve como convidado de honra o ex-governante timorense e ex-representante das Nações Unidas no país, Dr.º José Ramos Horta, Prémio Nobel da Paz e padrinho do processo de diálogo político nacional, os participantes, entre ex-governantes, oficiais militares, membros das organizações da sociedade civil, deputados, representantes de confissões religiosas e do poder tradicional apelaram à Comissão Preparatória da Conferência Nacional para “assumir e ser interlocutor entre os guineenses, fazendo “ponte” no processo de aproximação entre as instituições de soberania para o processo de diálogo e de reconciliação nacional”.

Ainda, no âmbito das suas resoluções finais, eles propuseram a “promoção junto as organizações da sociedade civil, ações concretas de sensibilização em prol da comunidade guineense com o propósito da promoção da cultura de não-violência, do trabalho, pela vida e pela paz” e exortaram “os líderes políticos a optarem por via de diálogo, da verdade, da reconciliação intra e extra partidária com o propósito de promover uma democracia inclusiva”.

Aos órgãos de soberania, os participantes apelaram ao “empenho num diálogo franco e com boa vontade, que respeite sempre a vontade popular exercida democraticamente, o princípio da interdependência funcional dos órgãos, do direito a livre expressão e manifestação em prol do desenvolvimento socioeconómico e segurança humana da Guiné-Bissau”.

Eles encorajaram também a “postura assumida pelas nossas gloriosas forças de defesa e segurança no processo de promo-

ção da cultura de não-violência, subordinação ao poder político, e pela sua posição republicana no presente conflito político institucional e pela sua participação ativa da consolidação de paz e desenvolvimento”.

Os mais de 200 delegados exortaram o povo guineense ao exercício do direito à cidadania ativa e participativa em prol da proteção dos direitos humanos, da promoção da democracia, da paz e do progresso social” bem como a “classe política guineense para adotar uma conduta moral e responsável pelo bem do povo, e que tenha sempre em conta que a Guiné-Bissau, «terra sagrada» está acima de todos nós e à ela devemos respeito e orgulho”, acrescentando que “nesta senda, é importante que assuma o diálogo franco e aberto, que permita o desbloqueio do atual impasse político e do respeito pela interdependência institucional e funcional de separação de poderes dos órgãos de soberania”.

Eles reconheceram os esforços e trabalhos realizados pela Comissão Preparatória da Conferência Nacional, encorajaram-na a prosseguir os objetivos institucionalizados para o bem-estar do povo guineense e apelaram ao povo guineense em geral, aos órgãos de soberania, atores políticos, sociais e amigos da Guiné-Bissau para apropriarem e apoiarem o processo de reconciliação entre os guineenses.

Finalmente, apelaram a todos os guineenses, independentemente da sua classe social, origem, género e proveniência geográfica e confissão religiosa, a uma profunda introspeção individual e coletiva, como parte da solução em prol de um diálogo de coração como o único caminho para a verdade e reconciliação nacional”.

Resta realçar que o início dos trabalhos do simpósio internaci-



Programa Alimentar Mundial

Linha verde

O PAM, em parceria com o Governo da Guiné-Bissau, e a MTN criaram uma linha verde, gratuita— **3344**—que permite comunicar sugestões, reclamações e/ou denúncias ligadas à utilização apropriada e inapropriada dos géneros para garantir a transparência, e melhorar a gestão dos programas de assistência alimentar às crianças nas escolas, pessoas e famílias afetadas pelo VIH/SIDA e Tuberculose (TB). As chamadas são tratadas com estrita confidencialidade por um funcionário do PAM que não é diretamente envolvido no programa, de Segunda a Quinta-feira das 08h00 as 17h30 e Sexta-feira das 08h00 as 13h30. As chamadas para este número são gratuitas se foram feitas a partir de um número MTN e a identidade das pessoas que ligam nesta linha verde é mantida confidencial.

Inquérito sobre a Situação da Segurança Alimentar na Guiné-Bissau

De 13 a 24 de dezembro de 2016, o Programa Alimentar Mundial (PAM) e os seus parceiros realizaram a recolha de dados sobre a segurança alimentar e nutricional nos agregados (chefes de fogões) rurais na Guiné-Bissau. Um total de **3.225** agregados familiares foram entrevistado, em **08 regiões** (Bafatá, Gabu, Oio, Quinara, Tombali, Biombo, Cacheu e Bolama Bijagós), **38 setores** e **699 Tabancas**.

Os resultados desse inquérito são os seguintes:

De acordo com a metodologia do PAM, se uma família gasta mais de **65%** de seu rendimento na compra de alimentos é considerada uma situação de alta vulnerabilidade económica e, portanto, mostra sinal de insegurança alimentar elevada.

No total, 51% dos agregados tinham despesas alimentares que ultrapassam 65% da sua despesa total. Ou seja, mais da metade dos agregados inqueridos estavam numa situação de vulnerabilidade económica.

As proporções das despesas alimentares mais **fracas** são observadas nas regiões de Bolama Bijagós (52%), Quinara (55%) e Biombo (59%).

Contrariamente, as proporções das despesas alimentares são mais **elevadas** nas regiões de Oio (68%), Bafatá e Tombali (65%).

Em dezembro de 2016 globalmente o inquérito mostra que na Guiné-Bissau 29,1% dos agregados estavam em situação de insegurança alimentar.

Especificamente, 3,4% das famílias estavam sofrendo de insegurança alimentar grave, ou seja, as famílias têm consumo alimentar muito pobre ou experimentam uma significativa perda de meios de subsistência que levarão para grandes défices no consumo alimentar ou pior. Estas famílias em Insegurança Alimentar Grave representam cerca de **30.065** pessoas.

A insegurança alimentar moderada afetou **25,7%** dos agregados familiares, ou cerca de **227.257** pessoas. Estas são as famílias que não podem satisfazer as suas necessidades alimentares mínimas, sem recurso a irreversíveis estratégias de sobrevivência

55,2% estavam em situação de segurança alimentar limite (famílias com apenas o consumo de uma alimentação adequada, sem o uso de estratégias de enfrentamento irreversíveis, e que não podem pagar algumas despesas não alimentares essenciais).

15,7% das famílias estavam em situação de segurança alimentar (famílias capazes de satisfazer as suas necessidades alimentares e os alimentos não essenciais sem o uso de estratégias de sobrevivência);

As taxas de insegurança alimentar são mais elevadas nas regiões de **Tombali** (43,5%), **Cacheu** (42,2%), **Oio** (31,6%), onde as taxas excedem a média global de 29,1%.

No entanto, a região de Biombo regista como no mês de setembro de 2016, a menor taxa de Insegurança Alimentar (11,5%) com uma redução de 8,2%. A região de Biombo parece beneficiar de sua proximidade com a capital Bissau.

De todos os agregados familiares inquiridos, os choques mais citados são:

Chuva fraca (25%);

Doença de um membro da família ou parente (22%)

A morte de um membro do agregado ou próximo (18%).

Queda brusca na renda, roubo de culturas ou animais, doenças do gado.

Bissau acolheu Conferência sobre Controlo Externo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor - Leste



© UNIOGBIS/PIU

De 13 a 17 de fevereiro, a Conferência sobre o “controlo externo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste”, reuniu representantes dos Tribunais de Contas, Parla-mentos Nacionais, Ministérios das Finanças e Organizações da Sociedade Civil dos PALOP e Timor Leste.

Realizada no âmbito do Projeto para o Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parla-mentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC), implementado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e financiado pela União Europeia, o evento teve como principal objetivo analisar o impacto do controlo externo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste, de 2014 a 2016.

Durante os 4 dias de trabalhos, cada setor avaliou-se a si mesmo partilhando os ganhos e os desafios que permanecem na área da fiscalização e monitoria das contas públicas. Esta é a única iniciativa multinacional a nível global em matéria de reforço dos sistemas de gestão das finanças públicas, de promoção da transparência orçamental, da fiscalização legislativa orçamental e do controlo social das despesas públicas, uma vez que todas as melhores práticas no mundo hoje estão circunscritas a um só país. Portanto, as discussões e trocas de experiências marcaram um ponto relevante a nível internacional e global, reforçando ainda mais o princípio de cooperação sul-sul, que é uma das chaves de sucesso deste projecto.

Durante os 4 dias de trabalhos, cada setor avaliou-se a si mes-

mo partilhando os ganhos e os desafios que permanecem na área da fiscalização e monitoria das contas públicas.

Recomendações

Os delegados reconheceram que a fiscalização e a prestação de contas públicas têm maior sucesso quando são feitas em parceria entre as Organizações da Sociedade Civil, os Tribunais de Contas e os Parlamento. Concluiu-se também que, apesar das especificidades dos contextos e as dinâmicas de cada país, o trabalho em conjunto tem contribuído para uma partilha de experiência e aprendizagem entre pares.

As instituições dos países de língua oficial portuguesa presentes reiteraram o seu compromisso no reforço da fiscalização e da monitoria da gestão das contas publicas.



Delegado ao simpósio da região de Quinara defendeu que os Guineenses não devem ter medo de enfrentar o passado © UNIOGBIS/PIU

onal foi marcado com o lançamento de Relatório sobre trabalhos anteriores da Comissão Preparatória por Dr. Osiris Francisco Pina Ferreira, membro da Comissão Preparatória da Conferência. O relatório espelha, de forma resumida, o resultado das auscultações feitas em conferências regionais e na diáspora com diferentes atores políticos, sociais e a sociedade guineense, de 2009 a esta parte.

Em termos de moções, os mais de 200 delegados presentes “reconheceram o papel da comunidade internacional e amigos da Guiné-Bissau e encorajaram-nos pela persistência e esforço em ajudar os guineenses a encontrar vias para a saída da crise vigente”, “agradeceram e reconheceram o papel do Governo Timorense e do Japão no apoio ao processo de diálogo e reconciliação na Guiné-Bissau”.

A moção enalteceu também o papel de José Ramos Horta, padrinho do processo de diálogo político nacional, nos esforços e dedicação pela causa da paz, estabilidade, diálogo, justiça social em prol da promoção do desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau, bem como o apoio e assistência técnico-institucional do UNIOGBIS, prestada à Comissão Preparatória da Conferência Nacional para a realização das suas atividades e ações em curso em prol da promoção da paz e reconciliação nacional.

Outras moções de agradecimento foram também dirigidas à Comissão de Verdade, Dialogo e Reconciliação (CONARIV)

da República de Costa de Marfim e a Comissão de Verdade e Acolhimento da República de Timor Leste por terem aceitado a partilha de experiencia, emoções e verdades e a disponibilidade em apoiar e assistir tecnicamente o processo e a COCN.

Finalmente, o simpósio internacional foi encerrado numa cerimónia oficial presenciada pelo Presidente José Mário Vaz, o qual, no seu discurso, manifestou o interesse de o resultado dos trabalhos e os desígnios do processo serem-lhe encaminhados sem delongas.



Presidente da Comissão, Padre Domingos da Fonseca © UNIOGBIS/PIU

Janet Murdock explica

O que é o Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz e como funciona...



Janet Murdock dirige o secretariado do PBF em Bissau © UNIOGBIS/PIU

Como foi criado este fundo, e quais são as agências e organizações que beneficiam deste fundo?

A configuração da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) veio a pedido do Governo da Guiné-Bissau em 2007, para atender a fragilidade enquanto consolidação da paz. Desde então, o Fundo de Consolidação da Paz tem beneficiado o país com três envelopes de assistência. Um, de 2009 a 2011, outro, de 2012 a 2014 (isto é), o período durante o golpe militar e, na realidade, a assistência foi cancelada e, o dinheiro, devolvido. Assistiu-se depois a um período de emergência de pos-golpe em que se viabilizaram as eleições-gerais e várias atividades para levar o país de volta à governabilidade democrática.

Depois, de 2015 a 2016, tivemos o terceiro envelope do Fundo de Consolidação da Paz, no valor de 10 milhões de dólares para ajudar o país no arranque da consolidação da paz.

Como é que o país consegue aceder a esses fundos e quais são os mecanismos?

Temos um comité executivo. Este comité executivo está representado pelo Governo da Guiné-Bissau e pela entidade das Nações Unidas. Esse órgão é o organismo de governança do fundo. Quando se atribuíram milhões para a Guiné-Bissau, a atribuição foi determinada atra-

vés de uma série de prioridades.

Temos quatro prioridades, sendo elas o diálogo nacional para a paz, a reforma de segurança para a valorização da sociedade, a terceira tem a ver com a reforma da justiça e a última prioridade refere-se ao engajamento participativo das mulheres e jovens na vida política do país.

Portanto, temos três projetos ativos que são o de diálogo com o UNIOGBIS, isso é o fundo que apoia o diálogo de alto nível e, também, a Comissão preparatória da Conferência Nacional.

Até há um segundo projeto que está em andamento, que do UNICEF para o registo (gratuito) de nascimentos. E o terceiro é o projeto de reforma da justiça do PNUD que é (uma espécie de sistema de dados) electrónico. Basicamente é isso. E temos vários projetos aprovados onde o dinheiro ainda não chegou por diversos motivos: um projeto também ligado à reforma da justiça, a segurança fronteiriça...

O diálogo de Conacri e de Bissau foram financiados por esse fundo?

Em parte.

E como é que o escritório que a senhora dirige encararia a eventualidade de uma das partes estar a pôr em causa todo esse trabalho...

Como eu já disse, nós financiamos as entidades das Nações Unidas e estas aqui é que implementam os projetos na base de um projeto que foi acordado e aprovado pelo Comité Executivo composto por parte nacional e outra pelas Nações Unidas. Portanto, essa é a entidade que gere o fundo.

Estamos no início de um ano novo. Quais são as perspetivas dos projetos para os próximos tempos?

Queremos viabilizar o avanço dos projetos previstos e aprovados e colocá-los no bom caminho. Isso é primordial. É preciso que tenhamos resultados até final de 2017, por que, se não tivermos bons resultados será difícil justificar a continuação do fundo aqui no país.

Então, todos temos que estar unidos na viabilização de alcances muito substantivos e que isso venha a servir como justificativo da continuação. Se vamos trabalhar no reforço da participação das mulheres e jovens na vida política do país, espero que isso crie uma espécie de plataforma para a continuidade do fundo, a ver a importância da necessidade de continuar a apoiar a Guiné-Bissau neste processo de sua democratização.

Então, queremos realmente usar esta secretaria para dar maior impulso e fortalecer as capacidades nacionais no que se refere à consolidação da paz.

Ex-representante da ONU na Guiné-Bissau, José Ramos Horta, e patrono da reconciliação

“É muito importante não desperdiçar amigos por causa dos nossos problemas internos”

O ex-dirigente timorense e prémio Nobel da Paz, José Ramos Horta, esteve em Fevereiro em Bissau, a convite da Comissão Preparatória da Conferência de Reconciliação – Caminhos para a Paz e Desenvolvimento para, como convidado de honra, partilhar a rica experiência do processo de reconciliação que conduziu o seu país à paz, estabilidade e à democracia.

O encontro, que foi presenciado por mais de 200 pessoas, entre ex-governantes, deputados, militares, organizações da sociedade civil, representantes dos poderes local e religiosos teve o apoio técnico e financeiro do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS).

No final do simpósio internacional que decorreu sob o lema: ‘Enfrentar o Passado para Construir um Futuro Melhor’, no Palácio Colinas de Boé (Parlamento Guineense), de 8 a 11 de Fevereiro de 2017, o também ex-representante da ONU na Guiné-Bissau aceitou o pedido de ‘Ikuma’ para uma breve entrevista sobre a reunião do Conselho de Segurança da ONU consagrada à situação política na Guiné-Bissau.

No dia 14 de Fevereiro, vai decorrer em Nova Iorque, nos Estados Unidos de América, mais uma reunião do Conselho de Segurança sobre a situação de impasse político na Guiné-Bissau.

Qual é a esperança que tem para a Guiné-Bissau nesse encontro?

Esperança, sempre. Mas é óbvio que face aos muitos obstáculos, desencantos, desilusões, todo o processo político de transição da Guiné-Bissau desde os golpes do passado para a esperança de uma democracia, obviamente, os Estados-membros do Conselho de Segurança e, fora dele, os parceiros económicos e financeiros da Guiné-Bissau ficam frustrados.

E isso face à escalada das crises internacionais.

Quem esteja em Nova Iorque, vê a enorme actividade do Conselho de Segurança no gabinete do Secretário-geral no trigésimo-sétimo e oitavo andar e por aí abaixo e as capitais do mundo que se preocupam com questões de segurança internacional – terrorismo, refugiados e a instabilidade na Europa, provocada por várias razões, sobretudo pela crise de refugiados.

Portanto, é um esforço enorme que o UNIOGBIS faz, primeiro, para chamar a atenção do Departamento de Assuntos Políticos em Nova Iorque para a situação política na Guiné-Bissau.

O Departamento de Assuntos Políticos (DPA) em Nova Iorque tem mais de trinta pontos em sua agenda incluindo o Iraque. O Iraque está no DPA, não é um peacekeeping.

O Afeganistão está no DPA e não é um peacekeeping. Portanto, imagina a agenda do DPA e do DPKO, imagina o Secretário-geral, e ele faz um esforço grande para sensibilizar os membros do Conselho de Segurança para prestar também atenção à Guiné-Bissau.

O Secretário-geral, António Guterres, é uma pessoa do terreno. Toda a sua vida sempre pugnou pelos refugiados, pelas cri-



No encerramento do simpósio o Presidente Vaz prometeu apoiar o processo de reconciliação nacional © UNIOGBIS/PIU

anças, pelos pobres. Portanto, ele vai prestar atenção e o papel do Secretário-geral é extremamente importante para sensibilizar e mobilizar.

Por isso, estou confiante que a Guiné-Bissau não vai ser esquecida. Mas, é importante que se ultrapasse este imbróglio político e tem que ser ultrapassado muito rapidamente.

O senhor falou de imbróglio político. Também, em palavras que proferiu noutras ocasiões, falou em “cansaço da comunidade internacional”. Se fosse um membro do Conselho de Segurança, como encaixaria esta palavra – “cansaço” no Conselho de Segurança?

Bem, por exemplo, eu não posso falar por Portugal, não posso falar pela França, não posso falar por outros países que têm tido relações mais longas e de muitos anos com a Guiné-Bissau, e não posso invocar o nome da Guiné-Bissau. Mas imagino que estando na pele do primeiro-ministro de Portugal, na pele do presidente da Assembleia de Portugal, do secretário de Estado da Cooperação de Portugal, imagino que já devem estar muito desencantados com a Guiné-Bissau. Porque devo dizer que quando cá estive durante o período da crise de 2013 a 2014, apesar da ilegitimidade ou ilegalidade da transição, e Portugal como a União Europeia e a União Africana impuseram sanções. Mas Portugal continuou a investir aqui cerca de 7 a 8 milhões de euros de apoio às comunidades, de apoio direto às populações por via de ONG’s. Isto, num período em que Portugal e os outros países europeus atravessam suas próprias dificuldades internas. Portanto, não é de subestimar o cansaço da opinião pública. E, sem o entusiasmo, a paixão da opinião, os governantes, mesmo que sejam bem intencionados, não têm o apoio popular para continuar a prestar atenção à Guiné-Bissau. Portanto, é muito importante não desperdiçar amigos pelos nossos problemas internos. Eu digo isso porque, nós também, em Timor, estamos sempre conscientes da necessidade de não desapontar amigos pelo mundo fora. Porque Timor é uma ilha, mas não está isolada do resto do mundo. E a Guiné-Bissau também não é uma ilha isolada do resto do mundo. Precisamos de uns e de outros. E se desapontarmos os nossos amigos constantemente, vamos ficar muito sós.